



INTER  
FACES  
CIENTÍFICAS

HUMANAS E SOCIAIS

ISSN IMPRESSO 2316-3348

E-ISSN 2316-3801

DOI - 10.17564/2316-3801.2018v7n2p9-20

---

# SOLIDÃO TEM COR? UMA ANÁLISE SOBRE A AFETIVIDADE DAS MULHERES NEGRAS

DOES LONELINESS HAVE COLOR? AN ANALYSIS OF THE AFFECTIVITY OF BLACK WOMEN

¿SOLEDAD TIENE COLOR? UN ANÁLISIS SOBRE LA AFECTIVIDAD DE LAS MUJERES NEGRAS

---

Ilzver de Matos Oliveira<sup>1</sup>

Nayara Cristina Santana Santos<sup>2</sup>

## RESUMO

No Brasil Colônia o direito de propriedade do senhor também se estendia ao corpo de suas escravas. A moralidade da época não permitia ao senhor realizar seus desejos sexuais com sua sinhá, então ele elegia a negra para praticar a luxúria e fornicação. Também na literatura, a negra foi relegada a personagens anti-heróicos, raramente eram protagonistas e quando eram, frequentemente estavam representadas por personagens quentes, exibicionistas, moralmente depravadas, corpulentas e voluptuosas. A vigência destes estereótipos racistas criaram no imaginário coletivo uma negra voluptuosa e fogosa, que inspira pouca confiança e que, portanto, não serve para constituir o matrimônio, pois não seriam fiéis e por estarem fora dos padrões de beleza que são determinados pela branquitude.

O presente trabalho visa analisar a afetividade das mulheres negras. Consideramos que o racismo institucionalizado opera nas escolhas afetivas. A opção por esse objeto de estudo está baseada em observações e reivindicações do feminismo negro em torno da temática. Concluímos que para reverter estas desigualdades são necessários esforços conjuntos. Políticas afirmativas, uma educação mais libertadora que busque um resgate da ancestralidade negra por meio da história, em direção ao resgate da autoestima e consciência racial.

## PALAVRAS-CHAVE

Solidão. Afetividade. Racismo. Preterimento Afetivo.

## ABSTRACT

In Brazil Colony the property rights of the lord also extended to the body of his slaves. The morality of the time did not allow you to fulfill your sexual desires with your selves, so he chose the black woman to practice lust and fornication. Also in the literature, the black woman was relegated to antiheroic characters, rarely protagonists and when they were, they were often represented by hot characters, exhibitionists, morally depraved, corpulent and voluptuous. The validity of these racist stereotypes created in the collective imagination a voluptuous and fiery black woman who inspires little confidence and therefore does not serve to constitute marriage, because they would not be faithful and because they are outside the standards of beauty that are deter-

mined by whiteness. This study aims to analyze the affectivity of black women. We consider that institutionalized racism operates in affective choices. The option for this object of study is based on observations and claims of black feminism around the subject. We conclude that to reverse these inequalities joint efforts are needed. Affirmative policies, a more liberating education that seeks a ransom of black ancestry through history, toward the rescue of self-esteem and racial consciousness.

## KEYWORDS

Loneliness. Affectivity. Racism .Affective postponement.

## RESUMEN

En el Brasil Colonia el derecho de propiedad del señor también se extendía al cuerpo de sus esclavas. La moralidad de la época no lo permitía realizar sus deseos sexuales con su “sinhá”, entonces él elegía a la negra para practicar la lujuria y la fornicación. También en la literatura, la negra fue relegada a personajes anti-heroicos, raramente eran protagonistas y cuando eran, a menudo estaban representados por personajes calientes, exhibicionistas, moralmente depravados, corpulentos y voluptuosos. La vigencia de estos estereotipos racistas creó en el imaginario colectivo una negra voluptuosa y fogosa, que inspira poca confianza y que por lo tanto no sirve para constituir el matrimonio, pues no serían fieles y porque estarían fuera de los patrones de belleza que son determinados por la branquitud. El presente

trabajo busca analizar la afectividad de las mujeres negras. Consideramos que el racismo institucionalizado opera en las elecciones afectivas. La opción por ese objeto de estudio está basada en observaciones y reivindicaciones del feminismo negro en torno a la temática. Concluimos que para revertir estas desigualdades son necesarios esfuerzos conjuntos. Políticas afirmativas, una educación más liberadora que busque un rescate de la ancestralidad negra a través de la historia, hacia el rescate de la autoestima y la conciencia racial.

## PALABRAS CLAVE

Soledad. Afectividad. Racismo. Rechazo afectivo.

## 1 O CASAMENTO INTER-RACIAL E A ASCENSÃO SOCIAL DO HOMEM NEGRO

Por que empiricamente podemos dizer que à medida que a ascensão social do homem negro ocorre, também cresce, frequentemente, o número de relacionamentos inter-raciais, especialmente com mulheres brancas ou “por que que os negros que sobem na vida arranjam logo uma branca e de preferência uma loura” (BARBOSA; SANTOS, 1994, p. 163 apud CARNEIRO, 1995 p. 545) esta frase de Joel Rufino dos Santos abre os estudos feministas de Sueli Carneiro acerca de *Gênero, Raça e Ascensão social*. Rufino foi um professor, historiador e escritor que empenhou boa parte dos seus estudos acadêmicos à negritude, mas negligenciou a temática quando interligada ao elemento gênero e os imbróglis que envolvem os fatores raciais que determinam as escolhas afetivas da população.

Para Pacheco (2008, p. 29) que cita Hooks (1995) ao justificar a importância de inserir a temática da afetividade no campo dos estudos raciais, é relevante estas questões, pois devemos considerar que os corpos femininos, especialmente das mulheres negras, são produzidos historicamente e é sobre o ato de amar e ser amada que as representações em torno do corpo da negra alojam as hierarquias sociais prescritas que determinam a escolha da afetividade. Ainda para Pacheco (2008, p. 40) estudar a afetividade dentro de um contexto social analisado, corrobora para desvendar as relações de dominação instituídas numa dada cultura, entender que essa lógica prescinde o campo da escolha é entender que a afetividade se expressa na cultura e, sendo a cultura modificada e internalizada pelos agentes, faz-se necessário o estudo.

No mesmo sentido convergem Sobrinho e Moreira (1994, p. 83) que sustentam que o relacionamento afetivo não é isento de determinação ideológica e social, a despeito de não haver uma tradição nos estudos sobre as relações amorosas e sua articulação com a questão racial, as autoras buscaram desnudar os fatores históricos, sociológicos e sociais que determinam as “preferências amorosas”.

Retomamos Carneiro (1995) e a sua oposição à controversa frase proferida por Barbosa e Santos (1994) em *Atrás do Muro da Noite* que inaugura este capítulo, atentemos para algumas críticas da autora que servirão de pano de fundo para a análise da relação entre a ascensão social do homem negro e o preterimento da mulher negra. Barbosa e Santos (1994) utilizam-se da metáfora do Fusca e do Monza para referir-se a ascensão social do homem negro que ao prosperar troca o carro Fusca pelo Monza – modelos em voga na época – assim como troca a mulher negra pela mulher branca, utilizando a mulher como signo para demonstrar no meio social em que convive que progrediu financeiramente.

Joel Rufino incorre em duas grandes falácias: a primeira é tentar investir alguns homens negros de poder e a segunda é escamotear a tensão racial presente na relação interétnica porque a exogamia e as trocas matrimoniais que ela rege asseguram a transformação de um estado de hostilidade ou de antagonismo real ou potencial num estado de paz e de aliança. A mulher circulando pela rede das trocas matrimoniais e o instrumento dessa conversão que a constitui como meio sinal ou penhor de aliança. (BALANDIER, 1976, p. 38 apud CARNEIRO, 1994, p. 546).

A autora acredita que a apropriação sexual da mulher branca pelo homem negro nada mais é que forjar um mito da ascensão social do homem negro, que tem o desejo de pertencimento ao mundo do homem branco, utilizando a mulher branca como avalista (CARNEIRO, 1994). A história da ascensão social dos negros, especialmente do homem negro, que é o objeto do nosso estudo neste item, confunde-se com a absorção dos padrões de branquitude, sendo o branco compreendido não apenas como uma raça, mas também como um signo que expressa valores de educação, estética, cultura, virtuosidade, prestígio.

## 2 SELETIVIDADE MARITAL LIGADA AO ELEMENTO RAÇA

Em meados do século XIX, o conceito de raça esteve fortemente presente no imaginário dos cientistas

que utilizaram da ciência para legitimar o racismo científico, classificando as raças de maneira hierárquica, utilizando-se de características fenotípicas para definir valores morais, ações, inteligência e grau de civilidade. Um dos cientistas precursores filiados ao racismo científico foi o filósofo Joseph Arthur Gobineau que escreveu em 1853 a obra *Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas*, em que defende a superioridade da raça ariana sobre as demais. Gobineau (1816-1882), foi um dos filiados da teoria da degeneração das raças fruto dos casamentos inter-raciais, a que trataremos logo mais neste estudo.

Outro cientista paladino do determinismo biológico foi o biólogo, médico e naturalista Ernst Haeckel (1834-1919). Nos seus estudos anatômicos para classificar as raças humanas, Haeckel (1866) dividia os subgrupos de classificação de acordo o tamanho do crânio, características da pele e do cabelo. O cientista afirmava, inclusive, que indivíduos com os cabelos crespos eram suscetíveis a possuir pouca cultura e pouco desenvolvimento intelectual. Nesta mesma égide, seguem os estudos do criminologista e psiquiatra Cesare Lombroso, que empregou em suas análises o conceito de “criminoso nato”, como observa Stelling (2007, p. 31) a teoria lombrosiana não seria apenas uma proclamação de que o crime é hereditário, mas também era uma teoria evolucionista.

Assim como Haeckel (1866), Lombroso (1876) também se empenhou no estudo da craniometria, mas para justificar que o crime é fruto de uma degeneração genética. O médico comparava a estrutura cranial dos delinquentes a dos animais inferiores, como lêmures. As ideias de Lombroso (1876) ecoaram no Brasil e influenciaram estudiosos como o médico Nina Rodrigues, também filiado a teoria de que a anatomia afetaria a personalidade do indivíduo que delinque. Stelling (2007, p. 32) reporta-se aos escritos do médico para demonstrar o pensamento do autor acerca da relação entre a compleição genética inferior e as condutas normativas e morais reprováveis:

É mulato claro, com uma conformação craniana facial assimétrica, hiperbraquicéfalo com um índice cefálico

de 88,13, as orelhas muito destacadas do crânio e mal conformadas, a abóbada palatina profundamente escavada, gago em extremo. [...] também é pederasta passivo, ladrão, jogador e bêbado. [...] este menor, apesar de muito claro, tem caracteres inferiores muito acentuados. (RODRIGUES, 1957, p. 33-134 apud STELLING, 2007, p. 32).

Nina Rodrigues (1932) foi também um dos defensores das teorias racistas que enunciavam o perigo da mestiçagem brasileira por meio das uniões inter-raciais. O médico acreditava que a mistura possibilitaria a degeneração moral, psicológica e física da população brasileira. Na sua obra *Os Africanos no Brasil*, Rodrigues justifica o progresso da sociedade norte americana devido à predominância da raça branca naquele país, pois nos Estados Unidos, os casamentos inter-raciais foram fortemente reprimidos enquanto que no Brasil, negros e brancos se integraram, o que para ele seria uma das causas do atraso social do país (RODRIGUES, 1932, p. 7; 13 apud PACHECO, 2008, p. 57).

Assim como Nina Rodrigues (1932), o sociólogo Oliveira Vianna (1932; 1933) também estava alinhado às ideias do racismo científico. Vianna (1932) defendia o contato íntimo entre brasileiros e imigrantes europeus para promover o branqueamento populacional, para que a população negra e indígena tendesse ao desaparecimento. O sociólogo justificava que o contato entre etnias negras, índias e brancas era realizado por meio de uma seleção étnico-sexual onde só os homens brancos procuravam relacionar-se por tipos “menos repulsivos” e que se aproximassem do seu tipo físico, considerando a cor como um fator preponderante do padrão de um ideal de beleza. Este processo eugênico levaria, paulatinamente, ao clareamento da população brasileira mestiça (OLIVEIRA, 1932, p.188-189 apud PACHECO, 2008, p. 68).

Outro baluarte do racismo científico foi o sergipano Silvio Romero, apesar de defender a mestiçagem como parte da formação do povo brasileiro, Romero acreditava na superioridade dos brancos sobre as demais raças. Apesar de não ter expressado seu posicionamento propriamente contra a mestiçagem, o

sergipano não se isentou de uma ideologia de branqueamento. Para ele, a mestiçagem seria um instrumento para tornar as raças “inferiores” – leia-se os negros e índios – mais civilizadas ao misturar-se a raça branca (SCHNEIDER, 2010, p. 170).

Para a biologia contemporânea, o termo raça é inapropriado para classificar seres humanos. As variações biológicas no que tange a espécie humana limitam-se a classificar os fenótipos e decorrem das necessidades orgânicas inscritas na cadeia genética de grupos da espécie espalhados por todas as regiões e respectivos tipos de clima do planeta (SILVA JÚNIOR *et al.*, 2010, p. 55). De acordo com a taxonomia dos seres vivos, a espécie é a menor unidade classificativa que finda no reino, uma categoria mais abrangente. Seguindo este referencial teórico taxonômico, não existiria a classificação “raça”. Nesse aspecto conflui o professor Sérgio Danilo Junho Pena (2005, p. 15):

Da mesma maneira que a cor da pele [...] o formato da face, a grossura dos lábios e a cor e a textura do cabelo, são traços literalmente “superficiais”. Embora não conheçamos os fatores geográficos locais responsáveis pela seleção dessas características, é razoável inferir que, assim como a pigmentação da pele, tais caracteres morfológicos também espelhem adaptações ao clima e outras variáveis ambientais de diferentes partes da Terra [...] a constatação de que apenas 5-10% da variação genômica humana ocorre entre as “raças” putativas. **As evidências levam à conclusão de que raças humanas não existem do ponto de vista genético ou biológico.** (Grifos dos autores).

Permitimo-nos discordar do professor Pena e dos biólogos contemporâneos que consideram o termo “raça” como obsoleto. Para nós, o termo “raça” tem dimensões culturais, sociais, políticas, sociológicas e antropológicas. As tradições orais da língua portuguesa normalmente se sobrepõem a conceitos científicos e para língua pátria o termo “raça” já contém um signo inteligível. Dizer “raça” já ventila nos pensamentos do ouvinte um arcabouço de significado que a palavra contém que são dados pela tradição, pela cultura.

Deslegitimar o termo raça, como pretende ingenuamente – ainda que bem-intencionados –

vários biólogos, seria também deslegitimar vários estudos e intelectuais das ciências sociais que contribuíram para compreensão dos estudos raciais no Brasil, utilizaram-se destes conceitos e seus desdobramentos para reivindicar políticas afirmativas, sendo a principal delas a política de cotas raciais.

Neste sentido, concordamos com Silva Júnior e outros (2010, p. 54) os quais apontam que embora o conceito de raça não tenha validade biológica, a ideia de raça integra o senso comum, sobretudo nas sociedades em que a raça exerce influência sobre as oportunidades e lugares sociais. Por isto, a impropriedade biológica para classificar os seres humanos em raças, não impede que o fenótipo deles seja tratado como um atributo racial, o que exige políticas de promoção da igualdade que considerem a existência da “raça”.

Logicamente que o conceito de raça que aqui defendemos é puramente social, não estamos afinados com os cientistas do século XIX que defendiam o termo “raça” para vilipendiar os povos não europeus e colocá-los em posição de inferioridade.

Com o avanço da ciência e das tecnologias tornou-se possível constatar por meio de exames e análises do genoma humano que do ponto de vista genético as diferenças marcadas pela cor são insignificantes, “as diferenças entre um negro africano e um branco nórdico compreendem apenas 0,005% do genoma humano” (NORMANDO; QUINTÃO; SANTOS, 2010, p. 122). Ora, se as diferenças de cor são geneticamente insignificantes, o que torna seres humanos muito próximos de acordo com sua compleição genética, por que o racismo existe? Por que os seres humanos de cor preta e parda são os que concentram a menor expectativa de vida, que tem menor grau de escolaridade, menores salários e são as maiores vítimas de violência de toda ordem? A biologia não dá conta destas explicações, então deixemos a “raça” para os sociólogos e antropólogos.

Os anos 1950 e 1960 deram uma guinada nos estudos raciais, deixando para trás o mito da democracia racial e as teses sobre inexistência do racismo no Brasil. Um dos expoentes destes novos estudos foi o sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995). Este autor afirmava categoricamente que sim, nos país havia muito mais

preconceito racial do que se supunha até então. O sociólogo também defendia que as relações inter-raciais não escamoteavam o racismo como se pensava antes, os relacionamentos entre pessoas de diferentes raças não poderiam ser apenas harmoniosos, mas também reproduzia desigualdades raciais hierárquicas.

As relações inter-raciais reproduziam em menor núcleo os reflexos da sociedade pós-abolição da época, que permanecia racista. Fernandes (1978) observa o grande número de famílias matrilineares, constituídas por mães negras que criavam e sustentavam seus filhos sozinhas, para o autor, este tipo de desarranjo familiar seria fruto de uma desorganização social na população de cor, que vivia num meio permeado por alcoolismo, drogas e prostituição:

A solidão, a penúria e a humilhação marcavam o caminho seguido pela mulher que tivesse a coragem indomável de ficar com o “fruto de suas fraquezas” e de lutar pela sua sobrevivência. Os próprios parentes, apenas eventualmente, podiam “auxiliá-la” com algum dinheiro ou conforta-la com algum “conselho”. Mesmo nas “maiores aflições”, quando ela via, desesperada, seu destino renascer na filha, “infelicitada” por algum branco ou por algum namorado ou vizinho da mesma cor, eles não sabiam senão condena-la por deixar ‘a menina largada’. (FERNANDES, 1978, p.205 *apud* PACHECO, 2008, p. 91).

Concordamos com Pacheco (2008) quando ela reconhece a importância dos estudos de Florestan Fernandes, que como já mencionados, foi um dos autores responsáveis por dar uma nova roupagem aos estudos raciais que até então supunham a existência de uma democracia racial, além de ser um importante marco nos estudos das relações afetivas da população negra, mas no que concernem às críticas ao autor, temos também o mesmo posicionamento de Pacheco (2008). Para ela, Fernandes pecou por ter uma visão um tanto colonizadora a respeito da população negra brasileira, ele acreditava que havia um comportamento anômico, considerava as práticas sexuais da população negra como promíscuas, diferente do comportamento dos imigrantes europeus, que fariam parte do protótipo de um padrão de ordem.

Se os anos 1950 e 1960 já demonstraram, ainda que sensivelmente, algum olhar sobre afetividade ligada ao elemento racial, foi nos anos 1980 que importantes autores destacaram-se nos estudos demográficos sobre a temática. Elza Berquó (1987), em *Nupcialidade da População Negra no Brasil*, analisou o censo dos anos 1960 a 1980 e constatou que as mulheres negras são as que menos constituem casamento e compõe o maior número de solteiras, viúvas e separadas, também em sua análise, observou que mesmo dentro dos casamentos, as mulheres negras fazem parte do grupo que se casa mais tardiamente, além de também fazerem parte da categoria mais propensa ao celibato definitivo (BERQUÓ, 1987).

Nesta mesma égide dedicou-se Nelson do Valle Silva (1987) em *Distância Social e Casamento Inter-racial no Brasil*. O autor também constata o maior número de mulheres negras solteiras e a grande ocorrência de casamentos onde a mulher é mais clara que o marido (PACHECO, 2008, p. 94).

Já nos anos 1990, destaca-se José Luis Petrucelli (2001) que também se dedicou a estudar a seletividade marital por cor por meio de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em sua pesquisa restou constatado que em 1991 as mulheres brancas casavam-se 11% mais que as mulheres negras, já as mulheres pardas demonstravam estar no intermédio entre as brancas e as negras, evidenciando o já observado por Thales Azevedo em 1940, se repetia 50 décadas depois. As mulheres negras seriam preteridas para o casamento e as mulheres pardas, por ter a pele mais clara que as mulheres negras, ainda estavam em vantagem no mercado matrimonial.

### 3 A NEGRA NO IMAGINÁRIO COLETIVO BRASILEIRO

A quem podemos atribuir a seletividade marital ligada ao elemento raça que resta demonstrada, inclusive estatisticamente e o preterimento da mulher negra nas escolhas afetivas? Temas tão complexos não permitem respostas simples, mas tentaremos delinear algumas conclusões que facilitem a compreensão do fenômeno.

No Brasil Colônia, o direito de propriedade do senhor também se estendia ao corpo de suas escravas. Além de utilizar da sua força de trabalho, de praticar castigos físicos, de tomar para si o ventre daquelas negras que reproduziam e gestavam rebentos a contragosto para ceder futuros escravos a propriedade do senhor, frequentes também eram os estupros. A moralidade da época não permitia ao senhor realizar seus desejos sexuais com sua sinhá, então ele elegia a negra para praticar a luxúria e fornicação, como demonstra Freitas (2011, p. 65):

A dupla moral, característica da sexualidade brasileira até os dias de hoje, se manifestava no fato de que, entre outras coisas, o senhor, por pudores e preceitos religiosos, se reprimia sexualmente com a esposa branca – figura destinada exclusivamente à reprodução – mas, geralmente, não tinha freios no relacionamento com as escravas, tidas como meros objetos.

Além do mais, o sexo com a negra era uma forma de manter o *status* de virilidade e atender aos desejos sexuais do jovem senhor enquanto o casamento com a sinhá não era consumado, já que para os costumes da época não ficava bem para uma moça desvirginar antes do casamento.

Não raramente as negras estavam a prostituir-se com o objetivo de juntar dinheiro para comprar suas alforrias e, após libertas, muitas continuavam na prostituição para garantir a subsistência, já que a maioria delas não sabia ler e escrever (FREITAS, 2011, p. 66). A prostituição também era explorada por meio das “escravas de ganho”, que eram negras forçadas a prostituição pelos seus senhores, que auferiam os lucros por ela obtidos, como observa Freyre (2009, p. 284):

Atribuem alguns cronistas da escravidão grande importância à prostituição das negras; mas das negras e mulatas exploradas pelos brancos. La Barbinais afirma que até senhoras se aproveitavam de tão nefando comércio. Enfeitavam as molecas de correntes de ouro, pulseiras, anéis e rendas finas, participando depois dos proventos do dia.

Também na literatura, a negra foi relegada a personagens anti-heróicos, raramente eram protagonistas

e quando eram, frequentemente estavam representadas por personagens quentes, exibicionistas, moralmente depravadas, corpulentas e voluptuosas. Como a jovem mulata Vidinha de *Memórias de um Sargento de Milícias* (1852) de Manuel Antônio de Almeida; a sedutora Rita Baiana de *O Cortiço* (1890) obra de Aluísio de Azevedo e a promíscua escrava Zefa Cajá de *Menino de Engenho* (1932) de José Lins do Rego.

Interessante observar que dentre os clássicos da literatura brasileira, houve uma personagem escrava que era heroína, virtuosa, pura e angelical, a Escrava Isaura, o nome da protagonista é título homônimo da obra de Bernardo de Guimarães, a personagem, não por acaso, é branca. Também na literatura contemporânea verifica-se a mesma tendência de reproduzir o arquétipo da mulata quente, é o que se vê nas personagens femininas Gabriela, Tieta e Tereza Batista, escritas por Jorge Amado.

As telenovelas brasileiras também estereotipam as mulheres negras, é o que se vê no documentário *A Negação do Brasil* de Joel Zito Araújo. No *doc* é possível verificar o estereótipo da *mammy*, negras gordas, afáveis, bondosas e maternais, por vezes fofoqueiras e palpiteiras na vida dos patrões. As *mammys* seriam como as amas de leite ou mucamas no período da escravidão. Elas não têm um enredo próprio, origem, núcleo familiar ou vínculo com outras pessoas negras, coexistem nas tramas para demonstrar a virtuosidade de caráter dos personagens brancos, são as adoráveis “mães pretas” como a Tia Nastácia do *Sítio do Pica-pau Amarelo*.

A vigência destes estereótipos racistas criou no imaginário coletivo uma negra voluptuosa e fogaosa, que inspira pouca confiança e que, portanto, não serve para constituir o matrimônio:

No caso da mulata, essa derivação é primorosa, em termos de coerência interna do sistema de representações: uma mulher à qual se atribui a sexualidade exacerbada, instintiva, que não tem disciplina para o trabalho, pois foi capturada pelos prazeres e vícios da carne – esta mulher cujo perfil trafega à margem da esfera da reprodução legitimada. (MOREIRA; SOBRI-NHO, 1994, p. 94).

As próprias mulheres negras não conseguiram lapidar uma contraimagem ao conjunto de representações que lhe são atribuídas do Brasil colônia até os dias atuais. Uma das possíveis explicações é devido as produções acadêmicas e literárias hegemonicamente pertencerem ao homem e aos brancos e parte porque uma parcela da memória ancestral africana foi perdida, ocultando a história de guerreiras fortes e virtuosas. Pouco se estuda a produção literária africana no Brasil (SOBRINHO; MOREIRA, 1994, p. 95).

Apesar de parecer que as escolhas afetivas estão circunscritas à vida privada, indubitavelmente, é impossível negar que o regime escravocrata que durou quase 4 séculos (e nele compreende-se anos de torturas, humilhações e violências de toda ordem) não tenha afetado a nossa percepção do que é virtuoso, belo e digno de amor. As dimensões da vida em sociedade estão contaminadas pelas influências econômicas, políticas e culturais das ideologias dominantes. É no interior da cultura que os significados são adquiridos, não vivemos em uma bolha social e somos afetados direta ou indiretamente pelo que é reproduzido nas novelas, nos filmes, nos mercado publicitário, no mundo da moda. As nossas visões e concepções de mundo são produzidas socialmente.

A participação das mulheres negras nos processos produtivos da sociedade nunca esteve em pé de igualdade com as condições das mulheres brancas e dos homens de quaisquer raças, situando-as na base da pirâmide social. A ideologia do branqueamento, apesar das tímidas mudanças em razão aos esforços do movimento negro, ainda triunfa e contribui para a desqualificação estética, cultural e política da população negra. Também a força do mito da democracia racial na sociedade brasileira operou efeitos negativos neste processo.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do nosso artigo nos propusemos a responder as seguintes indagações: seria o amor uma construção social? A solidão tem cor? Assim buscamos estabe-

lecer sempre um vínculo entre a solidão das mulheres negras e o campo das escolhas afetivas, que para nós não é isento de determinações ideológicas.

Os autores que escolhemos por meio das nossas pesquisas bibliográficas nos emprestaram uma visão à luz dessa problemática. Não temos respostas prontas e perfeitamente acabadas, mas consideramos importante o resgate deste tema. Empenhar-se nesta discussão é relevante para contribuir paulatinamente para um processo de desconstrução, de transmutação de parâmetros que até então eram universais, imutáveis para dar lugar a novos modos de compreender o gênero e a raça.

O presente trabalho reforçou a questão da solidão da mulher negra como algo específico, que diferentemente de outras raças e gêneros, possui o agravante de estar na intersecções de minorias sociais, como mulher e preta. Dessa maneira, observamos que estas mulheres sofrem por estar na base da pirâmide social, como anteriormente citado, de uma sociedade que criou o estigma que ser mulher e negra é ser inferior.

O movimento feminista negro tem um importante papel para dar evidência às vozes das mulheres negras e suas inúmeras reivindicações e pautas. Ao longo da história, a voz que até então fizera-se ouvir era a do homem branco, que de maneira incontestável instituiu padrões com efeitos quase que absolutos. Como percebemos ao estudar o racismo científico, existia um modelo construído que era reconhecido como normal e sadio e o que se afastava desta identidade-referência, estava relegado a olhares racistas e deterministas.

Artigos dessa natureza possuem fundamental importância dentro da academia. Trazer visibilidade às mulheres negras é de grande valia para que a pauta seja reconhecida e aprimorada, ainda convenções sociais desconstruídas também no meio científico.

Em conclusão, temos como caminho para reverter estas desigualdades os esforços conjuntos; mais políticas afirmativas, uma educação mais libertadora para todos, sobretudo para os negros, que precisam de um resgate de sua ancestralidade através da história, em direção ao resgate de uma autoestima e consciência coletiva de raça, o combate constante aos estereótipos



racistas atribuídos aos negros pelos meios de comunicação de massa e pelos livros e por fim, estratégias de promoção de igualdade de gênero com um recorte racial.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. São Paulo, Ática, 1979.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil**: o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Senac, 2000.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 13.ed. São Paulo: Martins, 1957.

AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. São Paulo: Martins, 1973.

BALANDIER, Georges. **Antropologia política**. São Paulo: Cultrix/Universidade de São Paulo, 1976. p.41.

BARBOSA, Wilson do Nascimento; SANTOS Joel Rufino dos. **Atrás do muro da noite (Dinâmica das Culturas Afro Brasileiras)**. Brasília Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares 1994. p. 163.

BARROS, Zelinda dos Santos. **Casais inter-raciais e suas representações acerca de raça**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, 2003.

BASTOS, Ana Regina Vasconcelos Ribeiro. Espaço e literatura: algumas reflexões teóricas. **Espaço e Cultura**, v.5, 1998.

BERQUÓ, Elza. **Nupcialidade da população negra no Brasil**. Campinas: NEPO /UNICAMP, 1987.

CARNEIRO, Suely. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, v.3, n.2, 1995.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. In:

BRUSCHINI, Cristina; BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org.). **Horizontes plurais**: novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: 34/Fundação Carlos Chagas, 1998.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, v.12, n.1, p.47-71, 2004.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. **Leituras sem palavras**. São Paulo: Ática, 1986.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do negro na sociedade de classes**. V.1, 3.ed. São Paulo: Ática, 1978 [1965]. p.205.

FREITAS, Marcel de Almeida. **O cotidiano afetivo-sexual no Brasil Colônia e suas consequências psicológicas culturais no dia de hoje**. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/download/1577/2710>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 48.ed. São Paulo: Global, 2009.

GUIMARÃES, Bernardo. **A escrava Isaura**. 6.ed. São Paulo: Ática, 1976.

HIRANO, Luis Felipe Kojima. O olhar oposicional e a forma segregada: raça, gênero, sexualidade e corpo na cinematografia hollywoodiana e brasileira (1930-1950). **ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v.2, n.3, p.142-158, 2015.

IPEA. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4.ed. **Análise Preliminar dos Dados**, Brasília, 2011.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, mar. 2010.

- KRAMER, Stanley. **Adivinhe quem vem para o jantar**. EUA: Columbia Pictures, 1967.
- LEMOS, André. Ciber-socialidade: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. **Logos**, v.4, n.1, p.15-19, 1997.
- LINS, José do Rego. **Menino de engenho**. 20.ed, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1974.
- MACÊDO, Kátia Barbosa. Cultura, poder e decisão na organização familiar brasileira. **RAE-eletrônica**, v.1, n.1, p.1-12, 2002.
- MOREIRA, Diva; SOBRINHO, Adalberto Batista. O triunfo da ideologia do embranquecimento: o homem negro e a rejeição da mulher negra. In: Costa *et al.* (Org.). **Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina**. São Paulo: 34; FCC, 1994, p.81-107.
- NIEDERAUER, Silvia; RODRIGUES, Inara de Oliveira. A denegação da efemeridade dos afetos: sentidos da memória em “A Eternidade e o Desejo”, de Inês Pedrosa. **Letras**, n.45, p.211-222, 2012.
- NORMANDO, David; QUINTÃO, Cátia Cardoso Abdo; SANTOS, Diego Junior da Silva. **Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dpjo/v15n3/15.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- PACHECO, Ana Claudia Lemos. À procura de um parceiro: raça, gênero e solidão na trajetória social e afetiva das mulheres negras em Salvador, Bahia. IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association. **Anais**, New Orleans: Tulane University, 2008. Disponível em: <[http://www.brasa.org/Documents/BRASA\\_IX/Ana-Pacheco.pdf](http://www.brasa.org/Documents/BRASA_IX/Ana-Pacheco.pdf)>. Acesso em: 6 mar. 2017.
- PACHECO, Ana Claudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para foder, negra para trabalhar”**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2008.
- PENA, Sérgio Danilo Junior; BIRCHAL, Telma de Souza. A inexistência de biológica versus a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social? **Revista USP**, São Paulo, n.68. p.15, dez-jan-fev. 2005-2006.
- PETRUCCELLI, José Luís. Seletividade por cor e escolhas conjugais no Brasil dos 90. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 23, n.1, p.29-51, 2001.
- RIBEIRO, Matilde. **Políticas de Promoção de Igualdade Racial no Brasil. (1986-2010)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1932.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2012.
- SILVA JÚNIOR, Hédio; BENTO, Maria Aparecida da Silva; SILVA, Mário Rogério (Org.). **Políticas públicas de promoção de igualdade racial**. São Paulo: CEERT, 2010.
- SILVA, Nelson do Valle. Distância social e casamento inter-racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n.14, p.54-83, 1987.
- SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. 2.ed., Rio de Janeiro: Graaal, 1983.
- STELLING, Luiz Felipe Peçanha. **Raças humanas e raças biológicas em livros didáticos de Biologia de ensino médio**. 2007. Tese (Doutorado); Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação**. São Paulo: Companhia Nacional, 1932.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1933.

---

Recebido em: 9 de junho de 2017  
Avaliado em: 27 de abril de 2018  
Aceito em : 13 de julho de 2018

---

1 Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia; Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos - MESTRADO EM DIREITO - Universidade Tiradentes; Coordenador do Projeto de Pesquisa “Doutrinas, práticas e saberes locais: controvérsias entre os movimentos de reconhecimento de direitos e a perspectiva tutelar das políticas públicas de Justiça e Segurança Pública no campo dos Direitos Humanos”, com fomento da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe-FAPITEC/SE.  
E-mail: ilzvermatos@gmail.com

2 Graduada em Direito pela Universidade Tiradentes – UNIT; Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe – UFS.  
E-mail:simnayara@gmail.com

